



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Cornelius Castoriadis e as significações de uma sociedade fragmentada

Cornelius Castoriadis and the meanings of a fragmented society

*Celso Gabatz**

Doutorando em Ciências Sociais (UNISINOS)

Resumo

O que se observa na sociedade contemporânea é o exercício do político, como poder explícito, e não a política, na sua acepção grega originária, que sugere o pensamento reflexivo, as representações, normatizações e um compromisso intrínseco com as noções de igualdade, justiça e verdade. As estruturas de significações no exercício do poder instituído têm suscitando deliberações no sentido de resguardar o exercício da autonomia nos processos sociais, culturais e religiosos. O indivíduo moderno consolida a sua identidade através do surgimento de novas significações imaginárias situadas no âmbito do mercado através do pragmatismo e do consumo. Percebe-se que, o projeto de autonomia se encontra subjugado aos dilemas da despolitização, da ascensão do individualismo e ao quase desaparecimento da imaginação política. Na compreensão de Castoriadis, o que caracteriza a sociedade contemporânea no sentido de sua fragmentação, não decorre apenas da complexidade de sua significação imaginária, com a reivindicação de direitos e garantias, mas a exaustiva destruição de significações sociais precedentes e um domínio racional sobre o conjunto das instituições sociais.

Palavras-chave

Sociedade Contemporânea; Instituições Sociais; Autonomia; Poder.

Abstract

What can be seen in the contemporary society is the exercise of politics as an explicit power, and not politics in its original Greek purpose, which suggests reflexive thinking, representations, normalizations and an intrinsic commitment with the notion of equity, justice and truth. The structures of signifying in the exercise of established power has evoked deliberations in the sense of protecting the exercise of autonomy in social, cultural and religious processes. Modern individuals consolidate their identity through the emergence of new imaginary meanings situated in the scope of the market, based on pragmatism and consumption. The project of autonomy can be perceived as being overpowered by the dilemmas of

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, Brasil. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduado em Sociologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Graduado em Teologia pelas Faculdades EST. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: gabatz@uol.com.br

depoliticization, the rise of individualism and the virtual disappearance of political imagination. According to Castoriadis, what characterizes a contemporary society in the sense of its fragmentation does not come only from the complexity of its imaginary meaning with the claim for rights and guarantees, but from the comprehensive destruction of preceding social signifying and a rational dominance of the group of social institutions.

Keywords

Contemporary Society. Social Institutions. Autonomy. Power.

Considerações Iniciais

As sociedades ocidentais atravessam uma grave crise, cujos principais sintomas são o conformismo generalizado, a mutação gradual do caráter dos conflitos sociais e políticos e a crise das significações imaginárias sociais. Neste sentido, torna-se relevante e necessário aprofundar um entendimento mais abrangente acerca dessa situação com seus dilemas e possíveis controvérsias. Remetemo-nos à Cornelius Castoriadis (1922-1997).¹

Na compreensão deste autor, o que caracteriza a sociedade contemporânea no sentido de sua fragmentação, não decorre apenas da complexidade de sua significação imaginária, com a reivindicação de direitos e garantias, mas a exaustiva destruição de significações sociais precedentes e um domínio racional sobre o conjunto das instituições sociais.² O autor sublinha o imperativo da consolidação de instituições que sejam interiorizadas pelos indivíduos e que permitam o acesso à sua autonomia individual e à sua participação efetiva nas deliberações de poder existente na sociedade.

O que se observa na sociedade contemporânea é o exercício do político, como poder explícito, e não a política, na sua acepção grega originária, que sugere o pensamento reflexivo, as representações, normatizações e um compromisso intrínseco com as noções

¹ Nascido no dia 11 de março de 1922, em Constantinopla, Turquia, foi obrigado a fixar residência em Atenas, na Grécia, com o intuito de escapar da perseguição dos turcos. Ali, numa idade ainda precoce, deu início às suas atividades políticas contra a ditadura que existia no país. Com apenas 15 anos entrou na ala jovem do Partido Comunista Grego. Aos 22 anos, caçado pelas tropas nacionalistas gregas e seus aliados nazistas, tanto quanto pelo braço armado dos gregos stalinistas, aproveitou a oportunidade de ter recebido uma bolsa de estudos francesa para fazer carreira na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), onde atuou como economista, e mais tarde como Diretor de Estatísticas, Contabilidade Nacional e Estudos sobre o Crescimento. Em 1964 voltou ao estudo da filosofia e iniciou um aprofundamento na área da linguística. Formou-se, em 1974, como psicanalista ligado ao grupo dissidente da Escola Freudiana de Jacques Lacan. Voltou para a academia, onde foi eleito para o cargo de Diretor de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris no ano de 1979, cargo que exerceu até sua morte em 26 de dezembro de 1997. Foi autor da obra seminal 'Instituição Imaginária da Sociedade' e da série 'As Encruzilhadas do Labirinto' além de outros escritos frutos de conferências, entrevistas e posicionamentos. Castoriadis nunca abandonou sua postura e suas atividades como revolucionário. Foi um pensador inovador, que evitou os modismos da vida intelectual francesa. TAURO, David Victor-Emmanuel. Cornelius Castoriadis [1922-1997] *Intermeio: Revista do Mestrado em Educação / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. N.º.18, 2003, p. 24-37.

² VIEIRA, Marilene de Melo. Política e Cidadania: Práticas Sociais Possíveis. *Revista Múltiplas Leituras*. Universidade Metodista: São Paulo, jul. /dez. 2009, v.2, n.2. p. 41-59.

de igualdade, justiça e verdade. As estruturas de significações no exercício do poder instituído têm suscitando deliberações no sentido de resguardar o exercício da autonomia nos processos sociais, culturais e religiosos.

O indivíduo da contemporaneidade consolida a sua identidade através do surgimento de novas significações imaginárias situadas no âmbito do mercado através do pragmatismo e do consumo. Percebe-se que, o projeto de autonomia se encontra subjugado aos dilemas da despolitização, da ascensão do individualismo e ao quase desaparecimento da imaginação política.

As significações imaginárias sociais

A sociedade se alicerça a partir de uma lógica de busca por identidade. Significa que todos os indivíduos partilham de uma mesma constituição biológica e elaboram teoricamente o seu entendimento com base nas propriedades do mundo externo, físico.³ Assim, para que uma sociedade se prolongue no tempo haverá sempre a necessidade de reproduzir uma realidade que possa se adequar à dimensão identitária e ao seu primeiro estrato natural.

Castoriadis não concorda com a ideia de que a instituição seja o modo pelo qual a sociedade responde às exigências da infraestrutura econômica, já que a redução da origem da instituição social à satisfação das necessidades ignora o fato de que tais necessidades seriam também fruto de uma criação social.⁴

Partindo da elaboração da noção de imaginário social *instituinte*⁵, Castoriadis não nega a existência de determinações naturais para as necessidades sociais e as funções que as instituições desempenham no atendimento dessas exigências vitais, mas atesta que a instituição não poderia ser reduzida apenas a explicações dadas pelo funcionalismo e pelo marxismo.⁶

Ao criticar o funcionalismo, que reduziria o simbólico ao aspecto funcional, ele mostra como esta explicação não poderia dar conta da complexidade social e histórica. Para exemplificar,⁷ cita o exemplo da *religião mosaica*, que tem um ritual altamente elaborado, repleto de detalhes, rico em símbolos que derivam do sentido de uma lei divina revelada aos seres humanos. Como se constituíram os elementos simbólicos dessa religião? Em que esses símbolos responderiam a uma exigência funcional? O culto seria realizado em algum templo fechado, portanto, haveria necessidade de candelabros. Que

³ CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 267-277.

⁴ CASTORIADIS, 1982, p. 139-142.

⁵ O imaginário social *instituinte* encontra-se alicerçado nos sonhos, nas aspirações, na capacidade humana para criar, inventar e formalizar novas instituições sociais (CASTORIADIS, 1982, p. 414-418).

⁶ ROTOLO, Tatiana de M. S. *Autonomia e participação política: Contribuições de Cornelius Castoriadis para uma democracia substantiva*. Florianópolis: UFSC, 2010. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*, p. 648-665.

⁷ CASTORIADIS, 1982, p. 201-258.

materiais seriam usados para fazer tais candelabros? Madeira, metal? Qual metal é precioso? A resposta a estas questões demonstra que a escolha dos símbolos ultrapassa a questão funcional.

Os detalhes possuem uma referência, não funcional, mas simbólica ao conteúdo (seja da realidade, seja do imaginário religioso). Os detalhes podem, enfim, ser determinados pelas implicações ou consequências lógico racionais das considerações precedentes. Mas essas considerações não permitem interpretar de maneira satisfatória e integral um ritual qualquer. Primeiro, elas sempre deixam resíduos; no quádruplo entrelaçamento cruzado do funcional, do simbólico e de suas consequências, os furos são mais numerosos que os pontos cobertos. Em seguida, elas postulam que a relação simbólica é simples e natural, quando na verdade ela coloca problemas imensos: para começar, o fato de que a “escolha” de um símbolo não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória. Um símbolo nem se impõe com uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de *toda* referência ao real (somente em alguns ramos da matemática se poderia tentar encontrar símbolos totalmente “convencionais” – mas uma convenção que valeu durante algum tempo deixa de ser pura convenção). Enfim, nada permite determinar as *fronteiras* do simbólico.⁸

A ideia de uma adequação entre uma lógica do simbolismo e uma ordem racional cria um grande obstáculo à compreensão do processo histórico. Ao conceber a criação de uma instituição por uma sociedade, a visão funcional atribuiu a esta um valor de racionalidade como se o seu surgimento e o seu processo histórico fossem regidos por um *espírito absoluto*. Tal compreensão da criação social leva, segundo Castoriadis, a ver na história a determinação do ser, mas, frequentemente, essa racionalização ou funcionalidade das instituições não está na origem da sociedade.

Cada sociedade acaba construindo significações bem peculiares à sua realidade. Serve como exemplo, a linguagem, componente essencial na constituição de qualquer sociedade, além de ser um código de elementos determinados e disponíveis, é também língua, constituindo-se como veículo identitário e estando constantemente aberta a diferentes significações, tendo a capacidade de integrar no seu sistema tudo o que surge como modificação do próprio sistema. Só é língua porque permite que novas significações possam surgir cotidianamente.⁹

De acordo com Castoriadis, a instituição simbólica é parte essencial da criação total da sociedade e das significações imaginárias sociais que a fazem existir. Essas significações, embora vinculadas às estruturas significantes, a elas não se reduzem, nem são por elas determinadas.

⁸ CASTORIADIS, 1982, p. 143-144.

⁹ CASTORIADIS, 1982, p. 154-159.

Existe um sentido que jamais pode ser dado independentemente do *todo* signo, mas que não é a oposição dos signos, e não está forçosamente ligado a *nenhuma estrutura significante particular*, pois ele é [...] o que permanece invariante quando uma mensagem é traduzida de um código a outro, e mesmo, poderíamos acrescentar, o que permite definir a identidade (ainda que parcial) no mesmo código de mensagens cuja posição é diferente. É impossível sustentar que o sentido é simplesmente o que resulta da combinação de signos. Podemos igualmente dizer que a combinação dos signos resulta do sentido, pois, enfim, o mundo não é só feito de pessoas que interpretam o discurso dos outros; para que aqueles existam, é preciso primeiro que estes tenham falado, e falar já é escolher signos, hesitar, corrigir-se, retificar os signos já escolhidos – em função de um sentido.¹⁰

A crítica dirige-se às tentativas de reduzir o sentido da vida social, da instituição, a uma combinação de signos que só existem em função das significações que carregam e que seriam socialmente instituídas. Portanto, a criação imaginária da sociedade não poderia ser explicada pela realidade, nem pela racionalidade, nem pelas leis do simbolismo, embora esteja diretamente ligada a todas elas.

As significações imaginárias da sociedade penetram na totalidade da vida social, encarnam em instituições particulares conferindo sentido e dinamicidade. Estas instituições e significações garantem a coesão interna de uma sociedade, como por exemplo, a linguagem, o poder, a religião, o Estado, o partido, ou então a mercadoria, o capital, o dinheiro, os tabus, as virtudes. É importante destacar que tanto homens, mulheres, crianças, quando observados não como categorias biológicas, mas como seres sociais, concentram no seu sentido maior, instituições sociais.¹¹

As significações que formam o tecido da sociedade são imaginárias porque não são racionais, ou seja, não podem ser construídas logicamente. Sendo assim correspondem e resultam da capacidade de criação dos indivíduos.¹² Das suas faculdades de imaginação. Dizem respeito à totalidade da sociedade e, portanto, não são produtos da imaginação individual, pois só cumprirão a sua função na medida em que forem partilhadas e assumidas de forma coletiva pela sociedade constituída.

É possível perceber que as significações imaginárias e as instituições não têm sua origem na causalidade a partir do real, tampouco são dedutíveis de uma lógica racional. Trata-se, logo, de pensar a questão da sociedade e da história por outro caminho que não aquele que foi percorrido pelo pensamento herdado, cuja contribuição não é negada, mas evidenciado como fragmentário. Castoriadis rompe com todo o pensamento da história

¹⁰ CASTORIADIS, 1982, p. 167.

¹¹ PERRUSI, Martha Solange. Aspectos da criação no Pensamento de Castoriadis. *Revista Symposium*: Universidade Católica de Pernambuco, junho-99, Ano 3, Número Especial, p. 32-44.

¹² VALLE, Líliam do. Cornelius Castoriadis: da paidéia à elucidação da escola pública. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 135 -150, jul/dez 1999.

que se constituiu na tradição filosófica e com todo o pensamento do social que a acompanha.

Mesmo que as significações imaginárias sociais confirmam um sentido à vida coletiva nas suas inter-relações em uma espécie de magma, é impossível ignorar o fato de que a existência social como um todo está escorada no princípio de identidade ao estabelecer objetos “distintos e definidos, componíveis e decomponíveis, definidores e indefiníveis por ‘propriedades’ bem fixadas”.¹³

O fato de existir uma pluralidade de formas de organização da vida social demonstra a enorme plasticidade da psique humana.¹⁴ Consequentemente, cada indivíduo é moldado de acordo com a sociedade, com representações específicas que lhe dizem o que é certo e o que é errado dentro daquela realidade. Essa é a condição para que a sociedade possa sobreviver: ser capaz de criar um indivíduo adequado à cultura e que sobreviva à efemeridade da existência individual.

A capacidade de reflexão, de deliberação e de mudanças pessoais permite ao indivíduo ir além da simples lógica, que atua e organiza a realidade física e o mundo animal e que se constitui em simples cálculo dos meios necessários para o alcance de fins estabelecidos. “Em outras palavras: esta vontade ou atividade deliberada é a dimensão refletida do que nós somos como seres imaginários, a saber, criativos, ou, ainda, a dimensão refletida e prática da nossa imaginação como fonte de criação”.¹⁵ Graças à imaginação podemos pensar e querer a própria transformação e a transformação da sociedade.

Democracia e política

A leitura que Castoriadis faz do pensamento grego reformula os termos da ontologia tradicional ao compreender a história a partir da criação e a experiência grega como origem do projeto político democrático, da capacidade da sociedade de pôr em questão suas leis, instaurando um movimento de autoinstituição explícita. O nascimento da filosofia e da democracia são a ruptura da heteronomia social instituída e a criação do projeto de autonomia: “é o nascimento da filosofia como interrogação ilimitada e da democracia como reconhecimento, por parte da coletividade, de seus poderes e de suas responsabilidades na constituição das instituições sociais”.¹⁶

Segundo Castoriadis, a democracia consolida a sua unidade e identidade da relação entre a sociedade e um imaginário de significações centrais, como por exemplo, Deus, partido, cidade. No século VII antes de Cristo, os filósofos intuem que a cidade não

¹³ CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto I*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 274.

¹⁴ CASTORIADIS, 1982, p. 334-336.

¹⁵ CASTORIADIS, 1982, p. 226.

¹⁶ CASTORIADIS, C. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 55.

depende de normas imutáveis, de deuses, a ela cabe inventar suas instituições por um apelo à deliberação coletiva.¹⁷ Para chegar a um sistema que consiga funcionar é primordial existir a multiplicação das opiniões. A legitimidade da cidade repousa na assembleia dos cidadãos que não é representativa, mas direta, participativa. Os responsáveis políticos são escolhidos por sorteios. Quando eleitos, a assembleia os designa para cumprir um cargo que não ultrapassa uma duração de um ano.

A participação democrática de todos os cidadãos em assembleia é, pois, uma escolha entre outras para ordenar um mundo “caótico”. Essa escolha repousa sobre a ideia de que o melhor dos governos é aquele capaz de misturar todas as opiniões, para que exista um entendimento coletivo. Para a democracia, a virtude política é um bem participável, não um privilégio de alguns indivíduos, mas algo de que todos podem participar. Faz parte do imaginário político o reconhecimento de que a própria coletividade é a fonte da instituição. Por meio da democracia, a fonte da lei é explicitada.

No mundo moderno, temos o surgimento, bastante difícil [...] da ideia de soberania do povo, coexistindo com resíduos religiosos; ao mesmo tempo, a tentativa de fundar essa soberania do povo sobre outra coisa que não ela mesma ainda subsiste: o “direito natural”, a razão e a legitimação racional, as leis históricas, etc.¹⁸

A prática democrática sofreria de dois excessos, segundo Castoriadis: uma resistência por excesso e outra de caráter niilista. A primeira provém da ausência de significação imutável e da liberdade deixada ao povo de escolher suas formas políticas: as decisões dos formadores de opiniões não poderiam ser confrontadas com nenhum modelo, nenhum padrão. A resistência “por falta” é encarnada por Sócrates que interroga o funcionamento da cidade e remete às certezas dos cidadãos, sem, portanto, propor soluções alternativas. Destruir sem reconstruir.¹⁹

Para Castoriadis na democracia a ligação com o antigo modelo de sociedade ocidental assumiu e impôs um padrão. O capitalismo nasceu do feudalismo europeu e consolidou o seu poder através da revolução burguesa. No entanto, Castoriadis descreve as controvérsias deste regime nos países que foram colonizados. O estado de atraso é comparado com o feudalismo e a burguesia local, o comércio e a indústria capitalista a determinados parâmetros de desenvolvimento.²⁰

Castoriadis estabelece o que chama de verdadeiro sentido do projeto democrático, ou seja, criar instituições que sejam capazes de tornar possível o questionamento da lei

¹⁷ CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II*; os domínios do homem, São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 179.

¹⁸ CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto IV*: a ascensão da insignificância. Paz e Terra, 2002, p. 193.

¹⁹ CASTORIADIS, C. *Uma sociedade à deriva*: entrevistas e debates - 1974-1997. Aparecida: Ideias & Letras, 2006, p. 121-149.

²⁰ CASTORIADIS, 1982, p.19-88.

instituída e que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem a sua autonomia, propiciando a participação efetiva em todo poder explícito na sociedade. Essa criação grega ajuda no entendimento da distinção que Castoriadis faz entre o político e a política, ao reconhecer que os gregos não inventaram o político, entendido como uma dimensão de poder explícito: eles criaram a política, que é a capacidade de questionamento da instituição, da sociedade. “Dentre as criações da nossa história, enquanto herdeiros da filosofia greco ocidental, destaca-se o questionamento, a crítica [...], o dar conta e razão, que é a pressuposição ao mesmo tempo da filosofia e da política”.²¹

O político manifesta-se pela via de instituições e lugares de poder, como o governo, a assembleia, a polícia e as forças armadas, instituições encarregadas de tomar decisões ou de executá-las.

Antes dos gregos (e depois deles), há intrigas, conspirações, tráficos de influência, lutas surdas ou abertas para se apropriar do poder explícito. Há toda uma arte (fantasticamente desenvolvida na China, por exemplo) de gerar o poder existente, até mesmo de “melhorá-lo”. Há mudanças explícitas e decididas de certas instituições – mesmo reinstituições radicais (Moisés ou, em todo caso, Maomé). Mas esses últimos, o legislador, o profeta ou rei, alegam a desculpa de um poder de instituir, que é de direito divino.²²

A democracia desde os tempos mais remotos facilitou caminhos pela liberdade dos indivíduos. O problema central da discussão neste percurso teórico parece ser a necessidade de conciliar as liberdades e os direitos individuais, concebidos como inerentes à própria natureza humana, com as exigências da vida em comunidade e, portanto, com o respeito ao direito do outro, imprescindível para o equilíbrio da vida social, bem como, com a determinação de interesses e rumos comuns essenciais à vida social.

Refletir acerca da relevância das ideias defendidas por Castoriadis exige um exercício em direção às fontes da história com a atualização de paradigmas, a fim de entender como foi sendo constituído e assimilado este ideal e de como pode ser entendido em nossos dias.

A política é projeto de autonomia: atividade coletiva refletida e lúcida visando à instituição global da sociedade como tal. Para dizer em outras palavras, a política concerne tudo o que, na sociedade, é participável e partilhável. [...] A autonomia é, portanto, o projeto – e agora estamos ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político – que visa no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e à sua explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais). E, no sentido mais preciso, esse projeto visa à reabsorção do político, como poder explícito, na política, atividade lúcida e deliberada, tendo por objeto a instituição explícita da

²¹ CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 111.

²² CASTORIADIS, 1992, p.135.

sociedade (por conseguinte, também, de todo poder explícito) e sua operação como *nómos, diké, télos* – legislação, jurisdição, governo –, tendo em vista *fins comuns e obras públicas* a que a sociedade se propôs deliberadamente.²³

Castoriadis indica que nunca chegaremos a uma resposta única, pois, a democracia, suas condições e suas características estão em contínua discussão, e sua definição depende do paradigma desde o qual se aborde a problemática e dos contextos sócio-históricos, econômicos e políticos nos quais se desenvolvem as experiências democráticas.²⁴

Com a democracia, a vida coletiva é assumida como questão que diz respeito a todos os indivíduos e impõe aos indivíduos a responsabilidade sobre a vida na *pólis*. Instaure-se, pois, uma interrogação ilimitada, a busca da verdade à luz da razão. As respostas tradicionais não são suficientes e, por isso, são postas em questão. O que parecia certo e digno de confiança deve ser submetido a uma interrogação da qual nenhuma instituição escapa. A criação da democracia funda o projeto de autonomia.

Essa autonomia, ou autoinstituição explícita, que emerge pela primeira vez nas cidades democráticas gregas e reemerge, com mais amplitude, no mundo ocidental moderno, marca a ruptura – que provoca a criação da democracia – com todos os regimes sócio-históricos anteriores. Nesses regimes de heteronomia instituída, a fonte e o fundamento da lei, bem como as normas, os valores ou as significações, são colocados como transcendentais à sociedade; transcendentais no absoluto, como se verifica nas sociedades monoteístas, transcendentais, de qualquer modo, no que diz respeito à atualidade efetiva da sociedade viva, como nas sociedades arcaicas.²⁵

Castoriadis indica um possível caminho para o combate ao domínio econômico e a criação de práticas políticas que realizem a autonomia como projeto possível. A partir das considerações que faz sobre o que é a política, a cultura, a imaginação social, fica claro que a formação de um tipo antropológico comprometido com o *éthos* democrático, com a transformação social exige muito de cada indivíduo e de todas as instituições.

Isso implica, de fato, a constituição de novas instituições que favoreçam a autonomia dos indivíduos. Sem leis naturais que indiquem apenas numa direção impactada pelo radicalismo e pela defesa de uma suposta ‘verdade única’. Cabe ao ser humano assumir seu protagonismo crítico e levar adiante meios que priorizem o exercício da autonomia e da liberdade.

²³ CASTORIADIS, 1992, p. 145; 148-149.

²⁴ NERY, Manoel Fernandes; PEIXOTO, Daniel Lanna. Mercados e Racionalidades: a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos e Cornelius Castoriadis. FGV: Rio de Janeiro. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, nº 4, p.543-555, Dez. 2013.

²⁵ CASTORIADIS, 2002, p. 228.

Autonomia e Liberdade

A concepção da autonomia e da estrutura do sujeito torna-se possível e compreensível a partir de uma práxis. Em qualquer outra concepção essa “ação de uma liberdade sobre outra liberdade” permaneceria uma contradição, uma perpétua impossibilidade, uma miragem. Ela deve confundir-se com as condições e os fatores daquilo que vem do outro.²⁶

Existe um fundamento da práxis política que é a possibilidade de instituições favorecerem a autonomia. Isso ocorre por que a autonomia conduz diretamente para as questões político-sociais. Evidencia, ao mesmo tempo, que não é possível desejar a autonomia sem desejá-la para todos. Que a sua realização só pode conceber-se plenamente como atividade coletiva.

Para Castoriadis,

O social-histórico é o coletivo anônimo, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre as outras e as inscreve todas numa continuidade, onde, de uma certa maneira, estão presentes os que não existem mais, os que estão alhures e mesmo os que estão por nascer [...] Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo.²⁷

Se a autonomia está no âmago dos objetivos e dos caminhos do projeto revolucionário, torna-se importante aprofundar esta perspectiva. O indivíduo é dominado por um imaginário vivido, real. O essencial do indivíduo, no sentido mais amplo do termo, é o domínio por um imaginário que se arroja à função de definir o sujeito tanto à realidade quanto seu desejo. Portanto, autonomia confere a sociedade o poder de decisão, estando o conteúdo desse imaginário em relação com o discurso do outro, mas também suscitando a transformação amplificada desse discurso. Significa que meu discurso deve tomar lugar do discurso do outro.²⁸

É importante destacar que na dimensão imaginada por Castoriadis, um discurso que é particular sempre é um discurso que nega o discurso do outro; que o nega não necessariamente em seu conteúdo, mas enquanto discurso dotado de uma razão instrumental. Um indivíduo autônomo é aquele que reconhece boas razões para aceitar como verdadeira e completa a perspectiva do outro enquanto realização do seu próprio desejo.²⁹ A autonomia não é, pois elucidação sem resíduo do discurso do outro, mas a instauração de uma relação peculiar entre o discurso do outro e o discurso do indivíduo de uma forma positiva.

²⁶ CASTORIADIS, 1982, p.122-129.

²⁷ CASTORIADIS, 1982, p.131.

²⁸ CASTORIADIS, 1982, p.126-127.

²⁹ CASTORIADIS, 1982, p.124.

A sociedade autônoma é um projeto de instauração de uma sociedade auto gerida, auto organizada, auto governada, auto instituída, orientada por significações imaginárias sociais como a igualdade, a liberdade e a justiça. A sociedade autônoma não é uma sociedade perfeita que marca o fim da história nem o lugar onde haverá coincidência entre as instituições ideais e a realidade. Pelo contrário, é uma sociedade que se forma e se formou na história real, que já encontrou realização em instituições, certamente frágeis e imperfeitas, como as da Grécia antiga e da modernidade ocidental.

A história é o domínio onde se desenvolve a criatividade de todos, homens e mulheres, eruditos e analfabetos, de uma humanidade na qual ele mesmo é apenas um átomo. E isso ainda não deve vir a ser pretexto para que afiance, sem crítica, as decisões da maioria, nem para que se incline diante da força, por ser ela a expressão dos mais numerosos. Ser democrata, e poder, se julgarmos assim, dizer ao povo — vocês estão enganados — é o que devemos exigir dele.³⁰

Castoriadis rejeita a ideia de que o projeto de emancipação, sempre inacabado, que é o projeto de autonomia, possa ser confundido com uma utopia, pois mergulha profundamente as suas raízes na história e nutre-se das instituições e dos movimentos históricos que lutaram para a sua permanente edificação.

Ainda que a utopia possa ser descrita como uma tentativa de abalar a ordem estabelecida, tendo por isso o seu traço decisivo não na possibilidade de ser realizada, para Castoriadis a característica principal do projeto de autonomia é que o movimento autônomo é parte integrante da realidade, realizando-se no passado, buscando existir no presente para construir o futuro, sob a forma de uma *práxis* garantidora de cidadania.³¹

É importante destacar que as noções de autonomia e liberdade são conceitos próximos. No seu primeiro sentido, a liberdade é o oposto do estado de escravidão. Pois, a liberdade seria o estado daquele que faz o que quer e não o que quer que outro faça por ele. Isto é, pensar, agir e decidir, sem entraves, sem ser forçado por outro indivíduo.

A fim de ser realmente livre, é necessário, com efeito, esforçar-se em relação às diferentes determinações. Essas determinações podem parecer, num primeiro momento, um entrave à liberdade humana. São situações que condicionam a existência do indivíduo e o impedem de agir livremente. Pode-se falar de uma forma de determinismo natural ligado à natureza humana. Por exemplo, o ser humano não é livre para voar como o fazem os pássaros. Contudo, é possível a ele explorar esse determinismo, tendo consciência dele e tentando remediá-lo com a criação de objetos técnicos, graças à sua capacidade racional.

A atomização dos indivíduos não significa autonomia. Quando um indivíduo compra um freezer ou um carro, ele está fazendo o mesmo que

³⁰ CASTORIADIS, 1992, p. 119.

³¹ CASTORIADIS, 1982, p.116-122.

fazem 40 milhões de outros indivíduos. Não há aqui nem individualidade, nem autonomia. Trata-se precisamente de uma das mistificações da publicidade contemporânea: “Personalize-se, compre o sabão X”. E eis que milhões de indivíduos se “personalizam” comprando o mesmo sabão. Ou, então, 20 milhões de lares, na mesma hora, no mesmo instante, sintonizam o mesmo canal de televisão para ver as mesmas tolices. Temos aqui a confusão imperdoável de pessoas como Lipovetsky e outros, que falam de individualismo, de narcisismo, etc., como se eles próprios tivessem engolido as fraudes publicitárias. O capitalismo, como esse exemplo bem demonstra, não precisa de autonomia, e sim de conformismo.³²

A forma contemporânea de instituição social da ciência corre o risco de uma vez mais se manifestar como a atividade de um grupo de especialistas que preconiza a velha reivindicação autoritária de uma política fundada sobre a ciência e o saber eficaz, à margem da atividade coletiva criadora dos homens e das mulheres.

Penso que estamos em um cruzamento de caminhos da história, da grande história. Um caminho parece, desde já, claramente traçado, pelo menos no que se refere a sua orientação geral. É o caminho da perda do sentido, da repetição de formas vazias, do conformismo, da apatia, da irresponsabilidade e do cinismo e que é, ao mesmo tempo, aquele do domínio crescente do imaginário capitalista da expansão ilimitada de um “domínio racional”, pseudodomínio pseudorracional, de uma expansão ilimitada do consumo pelo consumo, vale dizer, por nada, e da tecnocracia autonomizada em sua corrida e que é, evidentemente, parte ativa da dominação desse imaginário capitalista. O outro caminho deveria ser aberto; ele não está absolutamente traçado. Só pode ser aberto por um despertar social e político, um renascimento, uma ressurgência do projeto de autonomia individual e coletiva, isto é, da vontade de liberdade. Isso exigiria um despertar da imaginação e do imaginário criador. Pelas razões que tentei formular, tal despertar é, por definição, imprevisível. Ele é sinônimo de um despertar social e político. Os dois só podem caminhar juntos. Tudo o que podemos fazer é prepará-los, conforme pudermos lá onde nos encontramos.³³

Portanto, falar de uma sociedade que pretenda exercitar a sua autonomia não só em relação a uma camada dominante, mas em relação à sua própria instituição, pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos indivíduos se autogovernarem. Torna-se imperioso compreender que uma sociedade autônoma consolidada em parâmetros da liberdade assim como preconizada por Castoriadis, implica outra cultura, outro sentido de existência, outras necessidades, valores e verdades.

³² CASTORIADIS, 2002, p. 114-115.

³³ CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto VI: figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 148.

Considerações Finais

Uma das grandes contribuições de Cornelius Castoriadis está em pensar a filosofia, a democracia e a política, ajudando-nos a compreender que a autonomia é algo maior do que agir de acordo com as próprias normas ou solucionando os problemas que o mundo do trabalho e do consumo impõe cotidianamente. Sendo uma criação tão antiga quanto o próprio pensamento filosófico, a autonomia é algo que não só os modernos conhecem, mas está vinculada ao conjunto de parâmetros da instituição imaginária da sociedade. Ela traduz a possibilidade do indivíduo pensar de forma crítica e profunda a si mesmo e a sociedade na qual se encontra inserido.

Castoriadis deixa claro que, do mesmo modo que não é possível pensar o indivíduo sem a sociedade, também não é possível pensar a autonomia de forma individual, sem a autonomia do conjunto da sociedade. Percebe que a formação comprometida com a autonomia está, pois, necessariamente ligada à reflexão sobre o sentido da vida em comum e a real necessidade e possibilidade de sua transformação.

A atual sociedade está dominada pelo imaginário social capitalista que indica o sentido de produzir, consumir, dominar. Nesse esforço por um domínio total, o que a modernidade produz é um domínio de forças destrutivas difíceis de serem contidas, como por exemplo, a degradação ecológica, o desemprego, a pobreza crescente, as crises financeiras. Parafraseando Castoriadis: “Ao contrário da obra de arte, aqui não há edifício terminado e por terminar; tanto e mais que os resultados, importa o trabalho da reflexão e talvez seja sobretudo isto que um autor pode oferecer, se é que ele pode oferecer alguma coisa.”³⁴

Referências

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *As encruzilhadas do labirinto I*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *As encruzilhadas do labirinto II; os domínios do homem*, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*. Paz e Terra, 2002.

_____. *As encruzilhadas do labirinto VI: figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

³⁴ CASTORIADIS, 1982, p.12.

_____. *Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates – 1974-1997*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

NERY, Manoel Fernandes; PEIXOTO, Daniel Lanna. Mercados e Racionalidades: a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos e Cornelius Castoriadis. *FGV: Rio de Janeiro. Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, nº 4, artigo 3, Dez. 2013 p.543-555.

PERRUSI, Martha Solange. Aspectos da criação no Pensamento de Castoriadis. *Revista Symposium: Universidade Católica de Pernambuco*, junho-99, Ano 3, Número Especial, p. 32-44.

ROTOLO, Tatiana de M. S. Autonomia e participação política: Contribuições de Cornelius Castoriadis para uma democracia substantiva. Florianópolis: UFSC, 2010. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*. p. 648-665.

TAURO, David Victor-Emmanuel. Cornelius Castoriadis [1922-1997] *Intermeio: Revista do Mestrado em Educação / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Nº.18, 2003, p. 24-37.

VALLE, Líliam do. *Cornelius Castoriadis: da paidéia à elucidação da escola pública*. PERSPECTIVA. Florianópolis, 1999. v.17, nº 2. jul/dez. p. 135 -150.

VIEIRA, Marilene de Melo. *Política e Cidadania: Práticas Sociais Possíveis*. Revista Múltiplas Leituras. Universidade Metodista: São Paulo, jul. /dez. 2009, v.2, n.2. p. 41-59.

[Recebido em: novembro de 2013

Aceito em: abril de 2014]